



P.A

"Sobrevivência Latina"

Assunto 0

Roberto Leher¹

FSM: uma combinação de espaço de catálise de movimentos com uma consistente agenda antiimperialista

Resumo: O artigo problematiza o significado do Fórum Social Mundial desde a sua constituição até a sua mais recente realização. Busca não reduzi-lo a um mero evento, resgatando a importância política da sua criação histórica e os dilemas que o tensionam nos dias atuais, ressaltando a importância adquirida pelo FSM na agenda das lutas antiimperialistas.

Palavras-Chave: Fórum Social Mundial, Movimentos Sociais, Imperialismo, Democracia.

Abstract: The article questions the meaning of the Forum Social Mundial since its constitution until its recent accomplishment. We try not to reduce it in a simple event, rescuing the political meaning of its historical creation and the issues that pressures it in the current days, standing out the importance of the FSM in the anti-imperialist struggle.

Key-Words: Forum Social Mundial, Social Movements, Imperialism, Democracy.

Para tornar pensável o significado da constituição do Fórum Social Mundial (FSM) como espaço articulador de movimentos, sindicatos e partidos de esquerda, é preciso reexaminar o contexto de ofensiva ideológica do neoliberalismo, considerado por Anderson (2004) como a proposição ideológica mais penetrante do século XX. A construção do Fórum, em 2001, foi um fato de extraordinária importância política para a esquerda mundial e, por isso, é preciso avançar no debate sobre os dilemas que tensionam o Fórum desde o seu início – um espaço de convergências ou um lugar de arti-

¹ Professor da Faculdade de Educação da UFRJ, coordenador do GT Universidade e Sociedade do CLACSO, desenvolve pesquisa no OSAL e no Programa Outro Brasil, do LPP-UERJ.

culação de lutas em torno de uma agenda antiimperialista? O texto sustenta que seria ruinoso se o Fórum fosse reduzido a um evento. A alternativa que se forja – e deve ser apoiada – é de que o Fórum deve ser simultaneamente um *processo* e um *instrumento organizador* das lutas antiimperialistas, mas sem perder o seu aspecto inovador: sua configuração como confluência horizontal e democrática de multitudinários movimentos, sem qualquer eco do *Comintern*.²

Um mundo que precisa ser modificado

Na ótica dos dominantes, as metáforas que procuram denotar a política no tempo presente não poderiam ser mais arrogantes: *There is No Alternative* (TINA/Thatcher) e “Fim da História” (Fukuyama). A arrogância expressa a convicção de que os sistemas econômico e político capitalistas foram convertidos em uma força natural, dada, não passível de ser negada e sequer transformada.

À primeira vista, os acontecimentos políticos que se sucederam como um efeito dominó pareciam corroborar a prepotência dos novos senhores do mundo. Therborn (1983) observa que a partir do final dos anos 70, em uma série de países, foram instalados os governos mais reacionários do pós-Segunda Guerra. Além dos EUA (Reagan, 1980) e da já citada Inglaterra (1979), também países como Suécia, Noruega, Austrália, Alemanha e Nova Zelândia passaram a ser dirigidos por representantes mais explicitamente de direita e neoliberais.

E é claro que esses governos de direita foram eleitos com o objetivo de reverter as conquistas dos trabalhadores que vinham em um crescendo desde o final da Segunda Guerra. Em 1984, Margareth Thatcher esmagou a greve dos mineiros ingleses que lutavam contra a privatização da mineração estatal do carvão, logrando condições excepcionais para o profundo plano de privatizações e ataques às conquistas do Estado de bem-estar social. Nesse mesmo período, Ronald Reagan derrotou a greve dos controladores de tráfego aéreo e incentivou a chamada “revolução da Costa Oeste”, que fundaria a festejada “nova economia” da informática e da comunicação rápida e, sobretudo, do trabalho flexibilizado.

Mas os fatos mais desconcertantes dos anos 80 foram a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 e as “revoluções de veludo” no Leste europeu, que transtornaram todo o antigo bloco soviético a ponto de levar ao desmanche da URSS e de sua reconversão ao capitalismo. Diferente do que supunha parte da esquerda, em especial a trotskista, a luta contra a burocracia estalinista não levou a um aprofundamento do socialismo, mas, antes, a uma restauração burguesa. A virada capitalista e neoliberal chinesa, mais recente, consolidaria a nova ordem capitalista do fim de século, que o Banco Mundial denominou de a “Era do mercado”.

As derrotas – mesmo as de grande proporção – fazem parte das lutas e essa ofensiva sistêmica do capital poderia ser concebida como momentânea se os reveses não tivessem alcançado o âmago da própria esquerda. Possivelmente, as derrotas do final do século XX tenham sido as piores da história do movimento operário e emancipatório de um modo geral, pois, diferente do banho de sangue da Comuna

² Fundada em 1919 por Lênin e pelo Partido Comunista da URSS, também conhecida como III Internacional, acabou subordinada ao estalinismo e ao dogmatismo, configurando uma Internacional que não admitia movimentos autônomos e dotados de estratégias próprias.

de Paris, por exemplo, a ideologia dominante foi capaz de se fazer drenar para o seio das duas principais vertentes da esquerda mundial: a socialdemocracia e a III Internacional. De fato, as idéias de esquerda sofreram um severo golpe com a paulatina conversão dessas forças ao neoliberalismo (ou ao social-liberalismo, como alguns preferem ser nomeados). Um dos momentos mais marcantes dessa inflexão da socialdemocracia foi a “virada para a austeridade fiscal” do governo de Mitterrand (1983), em especial porque o programa para o qual fora eleito em 1981 expressava uma plataforma com importantes elementos de esquerda, como o fim da pena de morte, a autorização para que cerca de 300 mil imigrados clandestinos regularizassem sua situação, a reestatização de empresas privatizadas e a instauração do imposto sobre grandes fortunas. Ademais, o Partido Comunista Francês havia apoiado a sua eleição e, depois de eleito, Mitterrand nomeou quatro membros desse partido para o seu ministério. É certo que em seu XXII Congresso (1976) o PCF havia decidido abandonar a “ditadura do proletariado”, levando Althusser a protestar: “Não se abandona um conceito como um cão.” Com essa inflexão, os socialistas franceses aproximavam-se das concepções que vigiam no PSOE, então dirigido por Felipe Gonzáles, que, em 1979, abandonara o marxismo, mudança colocada em prática em seu longo governo (1982-1996).

Nesse contexto, o que poderia ser um alento para a esquerda, como a vitória dos sandinistas na Nicarágua (1979), logo foi eclipsado pela intervenção soviética no Afeganistão, também em 1979. No plano ideológico, a ação militar soviética enfraqueceu ainda mais os valores socialistas, contribuindo para deixar os militantes de esquerda na defensiva.

Chama a atenção o fato de que essa vertiginosa série de vitórias reacionárias tenha acontecido justamente após um período em que a esquerda (*lato sensu*) tivera vitórias expressivas em países como Chile (Allende), Grécia (Papandréou), França (Mitterrand) e Espanha (Gonzáles). Mais amplamente, a onda direitista sucedeu a um largo período em que, apesar dos limites, grande parte dos países adotou políticas de “bem-estar” social e de maior redistribuição, como o *New Deal* nos EUA, a socialdemocracia alemã e o trabalhismo neozelandês. Não menos marcante e significativo, o período que cobre as décadas de 1950 a 1970 foi de sindicalização crescente e de ampliação do voto nos partidos que se apresentaram como representantes dos trabalhadores. Em 1968, a juventude colocou no cenário político uma agenda reformista radical, muito heterogênea, mas fortemente crítica ao burocratismo do Estado e do grande capital. Em 1976, o eurocomunismo italiano teve uma importante vitória que, embora parcial, pareceu traduzir muitos dos ideais de 68.

A análise desses polissêmicos acontecimentos – de um tempo de vitalidade e criatividade da esquerda e dos socialistas – até a *débâcle* das experiências em curso, suplantadas pela nova direita, ultrapassaria em muito os limites deste texto e mesmo os seus objetivos. Estas indicações são reivindicadas para colocar em relevo a magnitude do movimento de restauração da ordem burguesa, inclusive no terreno das ideologias, a partir da década de 1980.

Com efeito, os anos 80 e 90 foram de ofensiva ideológica que incidiu sobre os pilares das idéias e dos valores socialistas. Expressões como “adeus ao pro-

letariado", "fim do trabalho", "fim das ideologias", "Marx está morto!", entre outras, foram colocadas em circulação não apenas pela velha direita, mas também por uma nova "esquerda" dita pós-moderna. No plano ideológico, os fundamentos neoliberais tornaram-se tão estruturantes da ideologia dominante que mesmo as idéias que se pretendiam críticas ao neoliberalismo adotavam os seus pressupostos mais importantes: a preservação e a modernização do capitalismo. Exemplo disso é a "terceira via" sistematizada por Giddens (1997) e adotada por Tony Blair e Gerhard Schröder, e por diversos outros governos em distintas partes do mundo, sob a rubrica do social-liberalismo e da "globalização com rosto humano".

Examinando retrospectivamente os anos que transcorreram a partir dessa virada (anos 80), o balanço não poderia ser mais sombrio e preocupante. A ofensiva anti-sindical e contra a esquerda que se manteve socialista foi diligente, sistemática, possibilitando a reversão de direitos sociais que pareciam há muito consolidados como os direitos trabalhistas e previdenciários, conformando um período de trabalho flexível ou, melhor denominado, precário, de alto desemprego e de erosão permanente de direitos sociais básicos, processo que se agravou notadamente na América Latina, na África e no Sul da Ásia. A vingança do capital contra o trabalho, para utilizar a precisa expressão de Hobsbawm, expressaria, a rigor, um processo muito mais amplo de realocação dessas regiões na economia-mundo, conformando um novo padrão de acumulação que Harvey (2004) denominou de acumulação por *desposseção*.

O interesse das grandes corporações em eleger governos neoliberais (seja buscando quadros da direita tradicional, seja apoiando forças outrora socialdemocratas) e em disputar as idéias (na economia, na política e na cultura) confirma que, para as corporações, o controle sobre os Estados segue estratégico. Longe de mínimos, os Estados nacionais compõem, a rigor, um *sistema* de estados que gravita em torno dos EUA e de seu inigualável aparato bélico.

Como observa Ellen Wood (2003), no sistema de Estados que opera mundialmente o capitalismo de hoje, nenhum país ou grupo de países pode fazer frente ao robusto poderio militar dos EUA. Embora sua supremacia econômica possa encontrar concorrência à altura, como a União Européia, o aparato militar estadunidense não tem paralelo na história mundial. A magnitude dessa supremacia pode ser mensurada pelo volume de seus gastos no setor: é superior a 40% do total dos gastos militares mundiais. No imperialismo de hoje, prossegue Wood, o domínio ilimitado de uma economia global, e dos múltiplos Estados que a administram, requer uma ação militar sem-fim, em seus propósitos ou no tempo: a guerra infinita. Com efeito,

esta guerra sem-fim em objetivos e no tempo pertence a um império infinito, sem fronteiras, sem sequer território. Contudo, contraditoriamente, precisa ser administrado por instituições e potências que possuem, de fato, fronteiras territoriais. A consequência é uma economia "globalizada" que depende mais, e não menos, de um sistema de estados locais para administrar a economia, e os estados estão se comprometendo mais, e não menos, na organização dos circuitos econômicos (Wood, 2003, p.198).

Na seqüência dos acontecimentos de setembro de 2001, as dinâmicas social, econômica e estratégica assumem novos contornos. Como o imperialismo depende do sistema de Estados, qualquer possibilidade de rebeldia ou de mudança nos principais elos geomilitares é uma ameaça potencial ao *status quo*, e por isso a lista dos Estados terroristas de Bush é, a todo momento, atualizada. E os governos temem ser colocados no rol dos inimigos (*hostis*); por isso, reprimem e operam *transformismos* entre os insatisfeitos com o neoliberalismo para evitar a entrada no índice de Washington. O conjunto de bases militares em todo o mundo e na América Latina, em particular, e, ainda, a ingerência dos EUA no sistema policial-militar dos diversos países são indicadores fortes que demonstram algumas das feições da guerra infinita. Esta é travada também no plano ideológico, como demonstra Zizek ao relatar diversas reuniões de trabalho com diretores e produtores de Hollywood e o Pentágono, objetivando definir como Hollywood poderia contribuir para a guerra ao terrorismo (Ceceña, 2004).

O resultado dessas políticas vem sendo devastador para os países situados na periferia e na semiperiferia do mundo. Casanova demonstra que, entre 1992 e 1995, o total de excedentes triplicou em relação ao período muito mais extenso de 1972 a 1981 e é superior a qualquer dos quatro quinquênios precedentes (apud Saxe-Fernandes, 2004, p. 4). A ampliação dos excedentes ocorre por meio da definição dos famélicos salários mínimos, da flexibilização dos direitos trabalhistas (por meio de reformas sindicais e trabalhistas), da privatização de empresas públicas e dos recursos naturais, de parcerias público-privadas e da transferência de parte significativa dos recursos da seguridade social para fundos de pensão que alimentarão a ciranda financeira. Cumpre frisar que essas medidas não podem ser concebidas como discretas, como se cada uma delas não fizesse parte de uma totalidade: o Consenso de Washington. De fato, esta agenda operacionaliza o poder do capital cimentado pelo FMI, Banco Mundial e OMC.

Esse quadro sombrio repercute de modo ainda mais dramático nos países periféricos e semiperiféricos, como transparece na África subsaariana. A desnacionalização e a des-democratização das relações políticas na sociedade permitem que muitos Estados operem quase que fundamentalmente os interesses dos senhores do mundo às custas da vida da maior parte das pessoas. O hiato que opõe os satisfeitos e felizes aos miseráveis é o maior da história da humanidade: na América Latina, a renda dos 20% mais ricos é 16 vezes maior do que as dos 80% restantes (Quijano, 2004, p. 79).

O abandono dos referenciais socialistas por parte da socialdemocracia, a ofensiva do capital contra o trabalho, a militarização e a extraordinária batalha ideológica empreendida pelos neoliberais praticamente desarticularam a resistência e a insubordinação dos povos contra a barbárie em curso por quase duas décadas.

A ofensiva do capital sem que houvesse resistência significativa foi longa, entre duas e três décadas, conforme a região e o país, e foi guiada por objetivos precisos. Com a *débâcle* do leste europeu e o estreitamento do eixo Washington-Londres, as burguesias dos países centrais operaram uma ofensiva mundial contra o trabalho e contra as burguesias dependentes como caminho para a reconfiguração da estrutura do poder mundial, sob a hegemonia do capital financeiro (Quijano,

2004, pp. 82-83). Um resultado importante dessa escalada foi o abandono da agenda de Bandung³ por parte dos países periféricos em razão de seu caráter absolutamente incompatível com o padrão de acumulação vigente e sua doutrina da “guerra infinita”.

Assim, sob duros ataques, os subalternos retomam a luta sem poder contar com o “campo socialista” e com o apoio de governos “reformistas” que, desde os anos 80, sofreram um profundo processo transformista, assumindo feições bonapartistas (Losurdo, 2004). As adversidades produzidas pelo novo padrão de acumulação, por si mesmas, não asseguram a retomada das lutas políticas: são necessários ação política, idéias alternativas e organização.

É preciso examinar com atenção o momento e os protagonistas que colocaram um fim a essa aparente estabilidade dos mecanismos de dominação para que seja possível tornar pensável a composição social dos FSM. As cronologias dos conflitos sociais⁴ comprovam que, a partir da última década do século XX, as lutas estavam sendo retomadas. Inicialmente, as ásperas greves e lutas na Coreia do Sul e na Indonésia, a greve do serviço público francês (1995), a batalha de Seattle (1999), as mobilizações multitudinárias na América Latina (em especial na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Equador, no México, no Peru e na Venezuela) e, mais recentemente, já na primeira década do século XXI, as robustas manifestações contra a intervenção militar dos EUA no Iraque (reunindo milhões de pessoas em todo o globo) e, ainda, as mobilizações dos imigrantes e as greves estudantis na França e no Chile, atestam que as lutas de resistência retomaram as ruas.

É nesse escopo que o Fórum Social Mundial pôde afirmar que “um outro mundo é possível”. Com efeito, sem essas lutas, os Fóruns Sociais Mundiais seriam reduzidos e de pouca relevância. E é por isso que seus rumos passam a ser disputados por concepções distintas: socialistas de diferentes matizes, ONG’s, anarquistas e neoanarquistas, governos social-liberais e nacionalistas de esquerda confluem para o Fórum, buscando afirmar-se como a força hegemônica do pós-neoliberalismo do século XXI.

Esboçada a conformação do campo político, volta-se a indagar: Como foi possível a retomada das mobilizações e quem são os seus protagonistas?

Nos países centrais, a bolha de crescimento, a partir de meados dos anos 90, certamente encorajou os trabalhadores a reivindicar melhores condições de trabalho e melhoria da qualidade dos direitos sociais conquistados anteriormente. Nos países periféricos e semiperiféricos, a frustração com a agenda neoliberal, muito

³ Em abril de 1955, reuniram-se na Conferência de Bandung, na Indonésia, líderes de 29 Estados asiáticos e africanos. O patrocínio cabia a Indonésia, Índia, Birmânia, Ceilão (Sri Lanka) e Paquistão. O objetivo era a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo. Princípios: 1-Respeito aos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU. 2- Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações. 3- Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas. 4- Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país. (Autodeterminação dos povos.) 5- Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU. 6- Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências. 7-Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país. 8- Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitragens por tribunais internacionais), de acordo com a Carta da ONU. 9- Estímulo aos interesses mútuos de cooperação. 10- Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

⁴ No caso de a América Latina ver, em especial, a cronologia do Observatório Social da América Latina (OSAL) do CLACSO (<http://osal.clacso.org>).

mais pernicioso do que a empreendida no centro, foi determinante para a retomada das lutas que, em diversos países assumiram proporções anti-sistêmicas (Wallerstein, 2003). Com efeito, a crise do sudeste asiático (1997) empurrou milhões de trabalhadores ao desalento, fazendo ruir um dos ícones que atestavam o êxito do neo-liberalismo, processo que logo se propagou para a Rússia, para a América Latina e para a Turquia, sempre com conseqüências devastadoras.

De Seattle ao FSM

A convocatória para o I FSM em 2001 resultou de muitos fatores, mas sem dúvida foram as multitudinárias lutas que irromperam a partir de 1994, parte delas citadas anteriormente, que criaram as condições para que o jornal *Le Monde Diplomatique* e a ATTAC (fundada com o apoio desse periódico em 1998, no contexto das lutas contra o Acordo Multilateral de Investimento⁵), em articulação com movimentos sociais brasileiros (congregados nas lutas contra o pagamento da dívida externa que levariam a um plebiscito em que mais de 11 milhões de pessoas participaram), e contando com o apoio do município de Porto Alegre (então governado há 12 anos pelo PT). Assim, como observaram Seoane e Taddei (2001), o I FSM foi, em certo sentido, um ponto de chegada provisório, resultado de um ascenso da mobilização social antineoliberal; ao mesmo tempo, poderia ser também um novo ponto de partida, a depender de seus rumos.

O que mais impressionou os círculos críticos ao neoliberalismo – e contrariou os senhores do mundo reunidos na mesma data, na sofisticada Davos – não foram as mais de 15 mil pessoas que atenderam a convocatória do I FSM, realizado em Porto Alegre (25 a 30 de janeiro de 2001), mas a sua horizontalidade, a multiplicidade dos protagonistas e a amplitude da agenda, que se esboçava nas inúmeras atividades autogestionadas, nos panfletos e jornais, nas reuniões informais, nas trocas de experiências e nos mais diversos protestos que ocorreram dentro e fora das instalações da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).⁶ A (polissêmica) esquerda anunciou ao mundo que estava viva e atuante! Embora sua principal consigna fosse lida por uns como reformista e por outros como revolucionária, estava evidente para todos os que lá estiveram que a exortação de que “um outro mundo é possível” estava em confronto direto e aberto com o neoliberalismo, que difundira não haver alternativas (*there is no alternative*) pois, com a derrota do socialismo, a humanidade havia chegado ao *fim da história*. Organizações camponesas, sindicatos, ONGs, partidos de esquerda, povos originários e intelectuais críticos confluíram como protagonistas da luta contra a globalização neoliberal e suas conseqüências, consolidando uma nova expressão: o altermundismo. Assim, o FSM irrompeu na conjuntura como o mais robusto instrumento organizativo de agendas e lutas mundiais, afirmando-se como um importante espaço de pedagogia política.

Se havia dúvida sobre a consistência do evento, a edição seguinte a dissipou. O fortalecimento de sua capacidade convocatória foi evidente: o segundo FSM, em

⁵ A OCDE negociava secretamente que liberalizaria os investimentos em nível mundial. A forte reação dos movimentos sociais levou os governos a recuarem em seu intento, anunciando a postergação do mesmo. Atualmente, grande parte desta agenda está inserida na pauta da OMC, que, por isso, torna-se um dos principais focos dos altermundistas.

⁶ Para uma excelente história da formação do FSM, ver Seoane e Taddei (2001).

2002, reuniu cerca de 50 mil manifestantes, público três vezes maior que o do I FSM. A resistência mundial existe. Mas qual o seu caráter? Como os senhores do mundo reagem a essa insubordinação?

Embora a agenda do FSM pudesse parecer à primeira vista um mosaico de temas mais ou menos interconexos, um exame mais detido revela que desde a primeira edição algumas preocupações assumiram maior centralidade, entre as quais algumas que a esquerda brasileira ainda não tinha muito acúmulo, como os tratados de livre-comércio (TLC), uma amarga realidade para os movimentos mexicanos e para os europeus, que enfrentaram o Acordo Multilateral de Investimentos. A predominância da agenda contra os TLC deve-se não apenas a uma necessidade política – tendo em vista a aprovação, no contexto da Rodada Uruguai do GATT, de um novo capítulo sobre o comércio de serviços que colocaria setores como educação, saúde, meio ambiente, seguridade social/previdência, água, biodiversidade etc. no rol das atividades a serem liberalizadas – mas, não menos importante, ao extraordinário êxito das manifestações que transtornaram Seattle quando do enfrentamento com a OMC (novembro de 1999).

Outras questões nodais da agenda igualmente resultaram da retomada das lutas em distintas partes do mundo. As áreas de livre-comércio, um problema geminado com o dos TLC, provocaram lutas importantes na Europa, protagonizadas por diversos movimentos que denunciaram o Tratado de Maastrich (1997) como pernicioso para os direitos sociais, fazendo ecoar as consignas da greve do serviço público francês contra a redução dos direitos previdenciários. Também nos EUA, a greve da *United Parcel Service* (UPS) indicou uma renovada disposição de luta contra a flexibilização dos direitos trabalhistas. Em 1999, a greve dos estudantes da UNAM sinalizou que também a juventude estava disposta a lutar contra a mercantilização dos direitos sociais, no caso o da educação pública e gratuita, que se intensificara com o TLCAN. Em 2000, a “guerra da água”, em Cochabamba, impôs a reversão da privatização da água acordada pelo governo com a *Bechtel* (corporação ligada ao vice-presidente estadunidense D. Cheney) e o movimento *piquetero*, na Argentina, se insurgiu contra o massivo desemprego que resultou dos acordos com o FMI, BM e OMC, os quais devastaram a economia argentina. O fortalecimento do MST no Brasil aponta no mesmo sentido: o modelo imposto pelo imperialismo pressupõe o combate à economia camponesa.

A questão ambiental foi vigorosamente transformada na agenda do Fórum, introduzindo novas questões e novos protagonistas na problemática. A ampliação do saqueio dos recursos naturais fez sobressair na agenda a questão ambiental, mas com um enfoque bem distinto do prevalecente até então, mais restrito ao ecologismo. Essa dimensão adquire cada vez maior centralidade, devido ao padrão de acumulação vigente. De fato, desde a primeira edição do FSM, em 2001, Lula da Silva liberalizou o uso de transgênicos, a questão dos hidrocarbonetos foi militarizada (vide gasoduto no Afeganistão, ocupação militar no Iraque, tentativa de golpe na Venezuela, ameaças ao governo de Evo Morales na Bolívia...) e as mudanças climáticas adquiriram proporções sumamente preocupantes. O aquecimento do Ártico está ocorrendo a uma velocidade de cinco a dez vezes maior do que prevista anteriormente. No verão boreal de 2005, o tamanho da calota de gelo foi 20% menor do que a média histórica para essa época do

ano. Como consequência do aquecimento da água do Atlântico, os furacões apresentam maior intensidade e duração. A Amazônia brasileira foi confrontada com a maior seca em meio século e o consumo de derivados de petróleo não pára de crescer (Lander, 2005).

Tomando como referência os discursos formais, Quijano (2004, pp. 85-86), sintetiza os pontos mais enfatizados que compuseram a agenda dos dois primeiros Fóruns: a) a defesa da autonomia dos Estados e o controle nacional dos recursos naturais e do capital, financeiro em particular; b) a demanda de restauração do emprego, salários e serviços públicos em cada país; c) o reclamo de uma luta global contra a extensão e o aprofundamento da pobreza, usando o próprio recurso do capital (ATTAC); d) a resistência à crescente degradação da “natureza” e do ambiente ecológico da sociedade atual; e e) a luta contra a discriminação de “gênero” e de “raça”.

Os muitos matizes da esquerda ficam evidentes quando os meios para enfrentar esses problemas são examinados. Algumas organizações propugnam a “humanização” da globalização e dos organismos internacionais (agenda de muitas ONG’s e governos “democráticos”), outras sustentam a reconquista da autonomia política dos países, com a reestatização dos recursos de produção, dos serviços públicos e o consequente fim do neoliberalismo (Quijano, 2004, p. 86). Entretanto, esses meios teriam, de fato, um caráter antiimperialista? A resposta é difícil de ser encontrada, considerando-se a imensa heterogeneidade de forças e de movimentos presentes no FSM. Assim, depende do ângulo e dos espaços em que se examina a questão. Na ótica do Secretariado brasileiro do FSM, a resposta seria negativa: a opção predominante seria a de humanização da globalização, mantendo inalterável o padrão de poder existente (Sader, 2002). A mesma opção seria encontrada na voz dos governos “democráticos-populares” e dos dissidentes da terceira via de Blair-Schröder. Contudo, do ponto de vista da Via Campesina, dos povos originários e de parte dos sindicatos, sim!, o eixo da luta passa pelo antiimperialismo e, mais amplamente, pelo combate ao capitalismo, algo visível em muitas das manifestações da juventude.

Essas tensões sobre o imperialismo se mantiveram latentes até o FSM de Mumbai, na Índia, realizado em janeiro de 2004, quando o Comitê Internacional do Fórum teve maior participação na definição dos rumos do movimento. Nesse evento prevaleceu um tom mais explicitamente antiimperialista e, de fato, muitas entidades representativas das pessoas que vivem na miséria se fizeram ouvir no evento, denunciando a incompatibilidade entre o padrão de poder vigente no capitalismo e a possibilidade de vida digna para a maioria dos povos. Foi nesse Fórum que o questionamento sobre sua própria autonomia frente ao poder dominante foi mais incisivo, havendo duras críticas ao financiamento parcial da Fundação Ford (Lander, 2005). Contudo, a imensa fragmentação das representações da esquerda na Índia retirou parte da força do evento.

A questão da natureza e do caráter do Fórum foi retomada na reunião do Conselho Internacional realizada em Barcelona, em junho 2005, na qual ficaram explicitadas distintas formas de compreendê-lo. Samir Amin alertou sobre o perigo de esgotamento do FSM se este não conseguir ultrapassar as denúncias mediante a

construção de alternativas e estratégias e lograr maior centralidade ao protagonismo de camponeses e de trabalhadores e suas organizações (Lander, 2005). Outros participantes, ao contrário, insistiram em afirmar que a sobrevivência do Fórum depende de sua confirmação como “espaço que catalisa confluências”. Sobressai aqui a tese de Holloway (2002) em seu conhecido livro *Cambiar el mundo sin tomar el poder*, que propugna que não é mediante a “conquista” do poder de Estado por parte da esquerda que se pode transformar a sociedade. Esta formulação parte da distinção entre “poder sobre” (característico do poder privado da sociedade capitalista) e “poder fazer” (passível de ser apropriado por quem queira transformar o mundo), e conclui que para o FSM a melhor alternativa é fazer com que prevaleça o “poder fazer” sobre o “poder sobre”, tese criticada, entre outros, por Borón (2003), que questiona a sua tese do “antipoder” e a fragilidade de sua meta de “fazer o mundo de novo”. Outros, ainda, vêem no Fórum, o lugar do social-liberalismo e da humanização da globalização. Em suma, distintas perspectivas estratégicas disputam a hegemonia do Fórum que, entretanto, não se reduz ao seu Conselho.

As tensões mais agudas sobre o caráter do Fórum aconteceram na primeira versão policêntrica do FSM, ocorrendo edições na América (Caracas, Venezuela), Ásia (Karachi, Paquistão) e África (Mabako, Mali). Como pode ser visto adiante, em Caracas o posicionamento antiimperialista foi liderado, pela primeira vez no Fórum, por um governo (Chávez), gerando um intenso debate sobre a natureza do FSM e reolocando o problema da complexa relação entre sociedade política e sociedade civil.

Um Fórum ancorado na *nova* sociedade civil?

É característica do pensamento pós-moderno a postulação de que a sociedade civil – compreendida como esfera à parte do Estado e da economia – é o lugar possível para a afirmação de micronichos de direitos rebaixados, em geral relacionados à identidade étnica, à cultura e à sexualidade. É nesse âmbito que os social-liberais procuram desenvolver suas políticas de “humanização da globalização”. Cabe notar que essa concepção abandona a crítica ao capitalismo e à apropriação privada do Estado, que segue erodindo tudo o que é público.

A primeira geração de governos neoliberais – Chile (Pinochet), Inglaterra (Thatcher) e EUA (Reagan) – simplesmente suprimiu a idéia de público. Com o agravamento da crise advinda das opções macroeconômicas neoliberais, o tema teve de voltar ao debate, em especial devido à preocupação com a governabilidade. Foi nesse contexto que J. Major propugnou a necessidade de parcerias público-privadas, visto que, em diferentes esferas, os investimentos privados não se confirmaram, como nos setores energético e de transportes urbanos, por exemplo. Rapidamente, o Banco Mundial e os teóricos da “terceira via”, como Giddens, atribuíram um no-vo sentido às políticas públicas: uma política é pública desde que atenda ao *interesse público*, mesmo que ofertadas pela esfera privada.

Na acepção neoliberal e do social-liberalismo da “terceira via”, o público e o privado são esferas em continuidade e, no limite, indiferenciáveis. O enfoque dessa corrente de pensamento é inteiramente diverso do vigente na Modernidade, segundo o qual o público e o privado se constituíram como esferas antagônicas e

em tensão permanente. O pensamento político e jurídico moderno consagrou uma distinção clara entre o que é público e o que é privado (privado = não-público). Nas ciências sociais, é a oposição entre a “sociedade de iguais” e a “sociedade de desiguais”, entre política (interesse geral) e economia (interesse mercantil) ou, nos termos de Marx, entre “o céu da política” e o “inferno das relações de trabalho” (Sader, 2003).

A perspectiva dos adeptos da globalização, como os autores de Império (Hard e Negri), de que o Estado é uma esfera desprovida de poder (o poder está em toda parte e em nenhum lugar) é um posicionamento político que corrobora a ordem vigente, em especial em um contexto de tecnocratização e instrumentalização da racionalidade do capitalismo imperialista, de condição predatória da acumulação especulativa, da maior degradação das condições de mercantilização da força de trabalho viva e individual, que concorre para a redução do emprego assalariado estável, de medidas estruturalmente ligadas à concentração de riqueza e de renda. Em tal ambiente, são previsíveis uma maior polarização interestatal e a necessidade de uma crescente concentração do controle da autoridade pública, fato que pode ser confirmado pela doutrina da Guerra Infinita de Bush.

A orientação social-liberal retira de foco o problema do imperialismo e, mais genericamente, do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico. Nessa perspectiva, consigna como o comércio justo, a “humanização” do Banco Mundial e as microexperiências que circulam no Fórum deveriam ser a tônica do evento. Não é casual que a participação das ONGs nos conselhos do Fórum está sobre-representada.⁷ Também os governos social-liberais corroboram essa concepção para o Fórum. Como o financiamento do Fórum envolve somas muito importantes – passagens internacionais, hospedagem, aluguel ou autorização para o uso de espaços e uma considerável infra-estrutura –, facilmente a participação governamental acaba adquirindo força também na agenda do evento. A ida de Lula da Silva a Davos e sua posição em levar a mensagem do FSM (por delegação de quem?), pedindo um mundo mais justo e equânime, por exemplo, implicam o reconhecimento da legitimidade desse evento (fato vigorosamente combatido pelo FSM), reduzindo o imperialismo à falta de informação dos senhores do mundo. Por isso, a sua viagem foi vigorosamente criticada por François Houtart, que ressaltou que em Davos não havia homens equivocados, porém abertos ao diálogo, mas, antes, re-presentantes do capital e muito cientes de seus lugares sociais, que, se submetidos a um tribunal penal internacional, metade dificilmente sairia livre.

No social-liberalismo a margem para a desconcentração ou a redistribuição de poder necessária a toda democracia é praticamente inexistente. Sempre é possível que em algum ou alguns desses espaços o poder seja forçado a admitir algum nível de democracia. Mas a transformação desse padrão de poder de modo generalizado ou universal em um poder democrático e humanizado não é possível de ser levado adiante sem que o próprio padrão de poder seja combatido (Quijano, 2004, pp.

⁷ Não há aqui o intuito de generalização das ONGs. Muitas são organizações comprometidas com as lutas emancipatórias e têm um funcionamento democrático, mas essa não é a regra. O critério de representação é obviamente distinto do existente, por exemplo, em sindicatos democráticos, cujas direções são eleitas diretamente pela base.

88-89). O que não quer dizer, em absoluto, que o resgate nostálgico de alternativas nacional-desenvolvimentistas seja capaz de modificá-lo. O dito *socialismo real* tam-pouco pode ser um caminho promissor. Por sua incompatibilidade com a democracia, degenerou-se com a hipertrofia do poder da burocracia, “expropriando a socialização do poder”, que se instalou em seu início (Quijano, 2004). O problema, em suma, é a desconcentração do poder, objetivando a democracia real dos produtores. Essas reflexões estratégicas eclodiram no Fórum de Caracas, o primeiro da região a assumir um caráter decididamente antiimperialista.

Desafios para AL: Fórum América como indicador de mudança no FSM

Em 2006, pela primeira vez, o Fórum Social Mundial foi policêntrico. Bamako (Mali) reuniu cerca de vinte mil pessoas (janeiro 2006), Caracas (Venezuela) contou com cerca de cinquenta mil participantes (fevereiro de 2006) e a terceira e última aconteceu em março, em Karachi (Paquistão), mobilizando mais de trinta mil participantes. Nesta seção será discutido o Fórum de Caracas, não apenas por ser o lócus para o qual convergiram os movimentos latino-americanos, mas por seu caráter explicitamente antiimperialista e pelas polêmicas que as complexas relações entre governo e Fórum produziram pela presença marcante de Hugo Chávez.

Um aspecto a ser preliminarmente sublinhado é a escolha do próprio local. Não resta dúvida de que a opção pela Venezuela decorre do processo político que vive este país e de solidariedade com as mudanças políticas em curso (Lander, 2005). Essa situação, em si mesma, colocou Chávez em um lugar de destaque inco-mum nesse tipo de evento. O apoio dos EUA ao golpe contra o seu governo explici-tou a dimensão política do imperialismo, dimensão que acabou se difundindo por todas as atividades do Fórum.

De fato, embora desde a primeira edição do FSM muitas oficinas, mesas, relatos, jornais e faixas das manifestações tenham propugnado consignas antiimperialistas, a sobre-representação das ONGs (e, embora informalmente, de governos) na Secretaria Executiva impediu que o antiimperialismo fosse assumido em nome do Fórum. Em Caracas, o tensionamento do governo Chávez com o governo estadunidense, exacerbado desde o apoio aberto de Bush ao golpe contra o governo venezuelano, e a supremacia de movimentos sociais e sindicais frente às ONGs fizeram dessa edição um acontecimento marcadamente antiimperialista.

De fato, em Caracas sobressaíram temas há muito reivindicados por militantes, como as estratégias de poder, a natureza dos governos “progressistas” da região, as tensas relações dos movimentos e dos sindicatos com esses governos e a integração regional. Um dos eixos aprovados para organizar as atividades do Fórum foi justamente “Poder, política e lutas pela emancipação social”. Os dois discursos de Chávez contribuíram decisivamente para dar maior nitidez a esse tom. Ademais, em sua primeira fala, o presidente venezuelano interferiu abertamente nas polêmicas internas do FSM ao defender que esse espaço deveria se converter em um *instrumento de articulação de ações comuns*, caracterização que encontra resistência em considerável parte das entidades, que preferem um fórum como espaço de encontros e convergências.

A vitória de Evo Morales igualmente concorreu para acentuar o teor anti-sistêmico do evento. Como o evento coincidiu com a semana da posse do novo governo, o presidente boliviano recém-eleito não pôde comparecer a Caracas, entretanto, a vitória eleitoral na Bolívia foi avaliada como um alento para as lutas latino-americanas.

Esse Fórum também foi o mais abertamente socialista. Em seu discurso, Chávez conclamou: “Socialismo ou morte!” Não casualmente a Fundação Ford, que no Fórum anterior aportou US\$ 300 mil para custear o Fórum, foi impedida por sua direção de apoiar o encontro de Caracas, por seu caráter crítico a Bush e à direita fundamentalista desse país. A presença da ativista Cinthia Sheehan, que ficou conhecida por protestar quase que solitariamente em um acampamento em frente ao rancho de Bush, contribuiu para dissipar qualquer tentativa de identificação das críticas a Bush e às corporações estadunidenses com o povo estadunidense. Com efeito, ao lado das delegações do Brasil e da Colômbia, a delegação estadunidense foi a mais numerosa.

A despeito das tensões, o Fórum de Caracas foi o mais permeável à militância socialista ligada aos sindicatos, partidos e movimentos sociais anticapitalistas:

Si los movimientos reunidos en Caracas comenzaron a discutir temas como las estrategias de poder; el imperialismo y los esquemas de integración regional; y la naturaleza y desempeño de los gobiernos de izquierda en América Latina (Cuba, Venezuela y Bolivia) o de la capitulante “centro-izquierda” (cada vez más inclinada hacia el primer término de la ecuación), esto constituye una muy buena noticia. La instalación de esos temas en la agenda de los movimientos revela una promisoría maduración de las fuerzas sociales en consonancia con la evolución experimentada por la coyuntura política latino-americana desde la primera edición del FSM, en Porto Alegre, en enero del 2001. (Borón, 2006)

O contraste entre as experiências de esquerda e social-liberal não passou despercebido apesar do aparato de *marketing* organizado pelo governo brasileiro. Se o bem produzido material de propaganda anunciava medidas de natureza supostamente social, como “bolsa família”, “universidade para todos” e outros, sua agenda estrutural foi cuidadosamente ocultada. A opção macroeconômica a favor de *Wall Street*, a negociação no G-21 a favor do agribusiness, a intervenção militar “humanitária” (sic!) no Haiti (duramente criticada no Fórum), as parcerias público-privadas, o estancamento da reforma agrária e da desapropriação de terras improdutivas, a criação de fundos de pensão no sistema previdenciário do setor público e as concessões para exploração de bacias de petróleo por corporações multinacionais foram convenientemente ocultados. Essa campanha publicitária provavelmente passaria despercebida se não tivesse recebido o apoio de Chávez e, embora mais discretamente, da delegação cubana. Compreender esse aparente paradoxo é crucial para pensar as estratégias da esquerda no Brasil, no México, na Argentina, no Chile e no Uruguai.

Muitas vezes, durante o Fórum, o discurso sobre o governo Lula da Silva poderia ser resumido na seguinte proposição: “Sim, Lula faz um governo medíocre, mas a sua reeleição é fundamental para a esquerda latino-americana, por sua independência em relação a Washington.” Não é segredo para nenhum analista eticamente comprometido que o governo de Lula da Silva pouco tem de independente em relação a *Wall Street* e a Washington e, mais ainda, que Bush o considera um parceiro estratégico para estabelecer um contraste em relação aos governos ditos populistas (como Chávez, Fidel e Morales) que compõem o eixo do mal.

Se havia alguma dúvida em relação a isso, a presença de John Snow⁸, o então poderoso Secretário do Tesouro estadunidense, dissipou-a por completo: no auge da crise, quando ficou comprovado que as contas de seu publicitário haviam sido financiadas a partir do exterior, situação que legalmente poderia ter dado início ao processo de impedimento de Lula, Snow veio ao Brasil, reuniu os representantes dos bancos e das financeiras e a Câmara Americana de Comércio e foi objetivo: “O governo de Lula conta com o apoio de Washington e deve ser protegido”, frustrando a oposição neoliberal reunida no PSDB e no PFL (Leher, 2005). Depois desse episódio, o PSDB preferiu garantir o governo do Estado de São Paulo, trocando um candidato presidencial mais competitivo (José Serra, prefeito da cidade de São Paulo) por Geraldo Alckmin (então Governador de São Paulo), um candidato com muito menor expressão e bem mais vulnerável. É óbvio que Chávez e Fidel estão cientes dessa aliança tácita entre Bush e os investidores estadunidenses e a coalizão de Lula da Silva. Assim, uma pergunta é inevitável: por que preferem apostar em Lula da Silva?

Por ocasião do IV Encontro Continental contra o ALCA, realizado em Havana, em abril de 2005, Fidel e Chávez indicaram a sua estratégia: a ALBA florescerá melhor enquanto Washington necessitar dos governos “progressistas e não-populistas” para implementar as suas políticas neoliberais na região. Lula, Tabaré e Lagos (e agora Bachelet) são governos de feição bonapartista que, embora neoliberais e devotados aos interesses de Wall Street e Washington, precisam manter sua aura de esquerda; caso contrário, na ótica de Washington e dos investidores, poderão abrir caminho para a “esquerda populista”, fortalecida pela ALBA. Uma condição para a manutenção da referida aura é criar uma imagem de relativa autonomia frente a Bush, o que tem sido feito por meio de uma retórica latino-americana e difusamente terceiro-mundista, enquanto partidos, movimentos e sindicatos de esquerda são paulatinamente minados pela ação governamental.

Contudo, servir a dois senhores ao mesmo tempo não é tarefa simples. A situação de aparente neutralidade frente a Washington é cada dia mais difícil de ser mantida no Brasil, no Uruguai e no Chile. Quando Bush foi rechaçado em Mar del Plata (Argentina), Lula o recebeu em seu espaço privado para um churrasco e fez uma série de declarações sobre as convergências entre os dois governos. Quando Evo Morales nacionalizou as reservas de gás, Lula da Silva ameaçou retirar a Petrobras

⁸ Palocci reflete o compromisso do país com boas políticas, diz Snow (*Folha Online*, 2/8/05). “Até pouco depois do meio-dia (desta segunda-feira), quando Snow decidiu sair em apoio explícito ao governo, o céu parecia derrubar-se sobre Lula e sua equipe. A oposição [...] parecia empenhada em dar uma estocada definitiva contra Lula. Mas o governo dos Estados Unidos optou por se manter à margem de uma aventura onde tem pouco a ganhar e bastante a perder” (*Clarín*, 2/8/05).

caso os “contratos não fossem respeitados”! Ao mesmo tempo, Chile e Uruguai avançam em negociações com o objetivo de estabelecer tratados de livre comércio bilaterais com os EUA, debilitando o Mercosul.

Para muitas das entidades sindicais, movimentos e militantes presentes no Fórum, a estratégia pensada por Castro será desastrosa para a esquerda dos países governados pela Terceira Via e para a esquerda mundial em geral, pois, contraditoriamente, é obrigada a ratificar a estratégia de Washington de que atualmente somente é possível compartilhar ações e parcerias com a *esquerda responsável*, abrindo caminho para no futuro isolar a Venezuela, a Bolívia e Cuba e para desencorajar experiências mais ousadas na região. Em outros termos, esse jogo legitima a tese de que a esquerda no século XXI pode avançar até o ponto em que os interesses estratégicos de Washington e de seus investidores não sejam ameaçados. Daí a tensão que perpassou todo o Fórum.

Um Fórum que se auto-inventa

A vitalidade do Fórum pode ser comprovada pela força de sua capacidade auto-organizativa. Mesmo na edição de Caracas, em que o peso da chamada “governança progressista” se fez sentir, é extraordinário como as atividades auto-gestionadas confirmam a autonomia do espaço. Se a oposição local a Chaves era imperceptível, o mesmo não foi verdade em relação a Lula da Silva e a Kirchner. A despeito da assimetria de operativos, em particular o do governo brasileiro, muitos debates lograram êxito na desconstrução do discurso do “eixo progressista”. A mesa coordenada por Gilberto Maringoni da *Carta Maior* e composta, entre outros, por Plínio de Arruda Sampaio, Ana Esther Ceceña, Atílio Borón e Michel Löwy foi decisiva para esclarecer a natureza do embate brasileiro (e também argentino e mexicano) e a fragilidade da tese da “governança progressista”, mas neoliberal. No debate econômico, Cláudio Katz (Universidade de Buenos Aires) e Leda Paulani (USP) explicitaram a natureza e o caráter das políticas de Kirchner e Lula, inclusive o pretense afastamento de ambos da política do FMI. No que se refere à política educacional para a educação superior, a mesa do Andes-SN e da Rede Social em Defesa da Educação Pública nas Américas (Rede Sepa) evidenciou que a privatização da educação percorre caminhos misteriosos como as parcerias público-privadas e o vaporoso conceito de que a educação é um *bem público* que pode ser ofertado por entes públicos ou privados.

Uma breve avaliação

O fato de a sexta edição do Fórum ter finalmente discutido *estratégias* para a esquerda, considerando o imperialismo, é indubitavelmente positivo, assim como a explicitação de sua natureza antiimperialista e socialista. Em um contexto de recrudescimento da Guerra Infinita – a principal potência imperialista espalha bases militares em todas as áreas geoestratégicas; os mecanismos de drenagem dos excedentes da mais-valia extraída do trabalho para o capital financeiro encontram-se naturalizados, como se fossem produtos de uma lei da natureza; os países periféricos e semiperiféricos estão inscritos em um padrão de acumulação por despossessão que lembra o imperialismo do final do século XIX – a identificação

sistêmica do padrão de poder da dominação mundial pelo capital é um salto qualitativo extraordinário, capaz de melhor armar as lutas do futuro. Não é menos importante o reconhecimento de que as lutas antiimperialistas não podem se limitar às lutas nacionais, pois o que engendra todo esse processo é justamente o capitalismo em prolongada crise estrutural (Brenner, 2003). Por isso a atualidade da perspectiva estratégica do socialismo.

A confirmação dessas consignas não pode ser compreendida como algo em contradição com o pluralismo de perspectivas políticas presentes no espaço do Fórum. Mas é preciso qualificar a natureza dos embates ali encontrados. Uma situação é a polissemia de perspectivas presentes nos movimentos, partidos socialistas, sindicatos e governos antiimperialistas, como a citada neste estudo entre Holloway e Borón, por exemplo. Outra questão é o operativo de governos organizados para fazer a defesa do social-liberalismo e frear as lutas autônomas em seus respectivos países. O debate sobre a estratégia da ALBA situa-se no primeiro campo de discussão, embora, como salientado, se espraie para o segundo, dadas as táticas privilegiadas pelos governos que apostam na alternativa bolivariana. A pre-sença de Chávez, que, justamente, liderou a crítica ao imperialismo estadunidense, não fez do Fórum um evento governamental tampouco social-liberal. Se, em alguns momentos, a magnitude da visibilidade das intervenções do presidente venezuelano fez parecer, à primeira vista, que a autonomia do Fórum poderia estar ameaçada, no discurso de encerramento Chávez fez uma enfática defesa da autonomia do Fórum e das lutas sociais. A rigor, essa questão não estava no centro da preocupação das oficinas, dos seminários e das mobilizações que sequer colocaram essa possibilidade como um problema. Outra seria a questão se o Fórum avalizasse a alternativa social-liberal de humanizar o neoliberalismo com uma feição social.

Examinando retrospectivamente a trajetória dos eventos, poucos discordariam do fato de que sua criação foi fundamental para o estreitamento de relações entre sindicatos afins e para a definição de estratégias comuns contra os tratados de livre comércio, a Guerra Infinita, as políticas neoliberais do Banco Mundial e do FMI, as intervenções militares no Afeganistão, no Iraque e no Haiti, a defesa da natureza pública da água e dos recursos energéticos dos povos. Outros avanços que não podem deixar de ser mencionados: o Fórum se afirmou também como um espaço de confluência de lutas em defesa do meio ambiente, dos direitos das mulheres, da autodeterminação dos povos originários, da socialização da terra para a agricultura camponesa e da educação pública, gratuita, laica e crítica às concepções eurocêntricas que insistem em conformar todos os povos, culturas e nações na economia única neoliberal e capitalista.

Em suma, longe de expressar fraqueza, as disputas sobre os rumos do Fórum foram muito positivas para o adensamento do caráter anticapitalista de sua agenda política, cada vez mais pendente para o lado dos partidários das lutas antiimperialistas. A confirmação ou não dessa correlação de forças nas próximas edições do Fórum dependerá de muitos fatores, como a composição do Comitê Internacional, da autonomia frente aos governos e, principalmente, do fortalecimento das lutas massivas nos diversos países: sem o protagonismo dos movimentos, partidos e

inducidos, o Fórum dificilmente poderá se afirmar como um espaço aberto ao tempo, capaz de propor alternativas e formas de organização das lutas em escala nacional e internacional. As multitudinárias lutas que eclodem em todas as partes do mundo confirmam que os movimentos sociais, sindicatos e partidos socialistas, rearticulados nos Fóruns, não estão dispostos a silenciar diante da consigna “a história acabou”.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ALBA- Alternativa Bolivariana para as Américas

ALCA- Área de Livre-Comércio das Américas

ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior

ATTAC- Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos

BM- Banco Mundial

FMI- Fundo Monetário Internacional

OMC- Organização Mundial do Comércio

PSDB- Partido da Social-Democracia Brasileira

TINA- *There is No Alternative*

TLCAN- Tratado de Livre-Comércio da América do Norte

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. “El papel de las ideas en la construcción de alternativas”. In: Borón, A.A (Comp.) *Nueva hegemonía mundial: alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2004.

BORÓN, A. A. “Poder, ‘contrapoder’ y ‘antipoder’”. Notas sobre un extravío teórico-político en le pensamiento contemporáneo. *Chiapas*, n. 15, México, D.F., 2003.

“El Foro de Caracas: la otra mirada”. *Rebelión*. 2006. Disponível em <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=27284> (acessado em agosto de 2006).

BRENNER, R. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CECEÑA, A. E. “La Guerra como razón del mundo que queremos transformar”. In: Brie, M.; Sader, E. *Reforma ou revolução?* SP: Expressão Popular, 2004.

GIDDENS, A. “Admirável mundo novo: o novo contexto da política”. In: Mileband, D. *Reiventando a esquerda*. SP: Ed. UNESP, 1997.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. SP: Loyola, 2004.

HOLLOWAY, J. “Cambiar el mundo sin tomar el poder”. Buenos Aires, Argentina: Herramienta/México: Universidad Autonoma de Puebla, 2002.

LANDER, E. Hacia el Foro Social Mundial Caracas 2006. *Revista del OSAL*, n. 18, sep.-nov., 2005.

LEHER, R. “Opção pelo mercado é incompatível com a democracia: a crise no governo Lula da Silva e no PT e as lutas sociais”. *Revista del OSAL*, n. 17, mayo-agosto, Bs.As.: CLACSO, 2005.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo - triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

QUIJANO, A. "El Nuevo imaginario anticapitalista". In: Brie, M.; Sader, E. *Reforma ou revolução?* SP: Expressão Popular, 2004.

SADER, E. "Beyond Civil Society". *New Left Review*, 17, sep-oct., 2002.

_____. *O público, o estatal e o privado*. Projeto de pesquisa para renovação de bolsa de produtividade do CNPq, 2003.

SAXE-FERNANDES, J. "Prefácio". In: Saxe-Fernandes, J. *Tercera via y neoliberalismo*. México, D.F.: Siglo XXI/ CIICH-UNAM, 2004.

SEOANE, J.; TADDEI, E. "De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal". In: SEOANE, J.; TADDEI, E. *Resistencias mundiales*. Bs.As: CLACSO, 2001.

THERBORN, G. "Troisième chance ou troisième voie?" In: Buci-Glucksmann, C. *La gauche, le pouvoir, le socialisme: hommage a Nicos Poulantzas*. Paris: PUF, 1983.

WALLERSTEIN, I. "O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico?" *revista del Observatorio Social de América Latina*, n. 9, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, enero, 2003, pp. 179-184.

WOOD, E. M. *El imperio del capital*. Espanha: El Viejo Topo, 2003.